

ROSEMEIRE SOLIDADE
DA SILVA MATHEUS

**O PROCESSO
JUDICIAL
ELETRÔNICO
NO CONTEXTO
DA SOCIEDADE
DA INFORMAÇÃO**

Um panorama histórico e evolutivo
do Processo Civil Brasileiro

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2022

Copyright © 2022 by Rosemeire Solidade da Silva Matheus

Categoria: Direito Digital

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

1 2 0 0 4 1

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

M427p

Matheus, Rosemeire Solidade da Silva

O processo judicial eletrônico no contexto da sociedade da informação : (um panorama histórico e evolutivo do processo civil brasileiro) / Rosemeire Solidade da Silva Matheus. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2022.

176 p. ; 21 cm.

Bibliografia

ISBN 978-85-519-2008-4

1. Processo civil - Brasil. 2. Sociedade da informação. 3. Processo civil eletrônico. 4. Novas tecnologias. 5. Tecnologia e direito. I. Título.

CDD 347.8105

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Lista de figuras	XV
Prefácio	XVII
1 Introdução	1
2 Histórico sobre a evolução do Processo Civil Brasileiro	5
2.1 Das Ordenações ao Decreto n. 737/1950	6
2.2 O Código de Processo Civil de 1939	9
2.3 O Código de Processo Civil de 1973.....	11
2.3.1 As reformas do Código de Processo Civil de 1973.....	14
2.4 O Código de Processo Civil de 2015.....	19
3 Princípios e Garantias Constitucionais Processuais aplicáveis ao Processo Civil com relevo no Processo Eletrônico	25
3.1 Garantia do acesso à justiça: na perspectiva do processo eletrônico	30
3.1.1 Justiça em números	35
3.1.2. Justiça 4.0.....	41
3.1.3 Juízo 100% digital	42
3.1.4 Balcão digital	44
3.1.5 Justiça multiportas	45
3.2 O devido processo legal	50
3.2.1 Princípios processuais derivados do devido processo legal (o “superprincípio”).....	53
3.2.2 Isonomia ou igualdade	53
3.2.3 Do juiz natural	58
3.2.4 Da inafastabilidade da jurisdição	59

3.2.5 Do contraditório	61
3.2.6 Da proibição de provas ilícitas	63
3.2.7 A publicidade e a fundamentação das decisões judiciais e administrativas	68
4 Os princípios do Processo Civil Expressos no Código de 2015.....	77
4.1 Princípio da inércia e jurisdição – arts. 2º e 3º	79
4.2 Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional e economia processual e da celeridade (art. 4º)	83
4.3 Princípio da boa-fé (art. 5º)	85
4.4 Princípio da cooperação e da boa-fé (art. 6º)	86
4.5 Princípio do contraditório efetivo (arts. 7º, 9º e 10)	88
4.6 Princípio da proporcionalidade e da razoabilidade, legalidade, publicidade e da eficiência (art. 8º)	90
4.7 Princípio da publicidade e dever de motivação das decisões judiciais (art. 11º)	91
5 Sociedade da Informação e Processo Eletrônico.....	93
5.1 Surgimento da internet como alavanca da Sociedade da Informação	93
5.2 Novas tecnologias aplicadas ao direito	102
6 Processo Eletrônico Brasileiro	105
6.1 Origem e definição	105
6.2 Processo eletrônico no Código de Processo Civil de 2015.....	116
6.3 Eficiência do processo eletrônico	121
6.4 Objetivos do processo eletrônico.....	123
6.5 Processo eletrônico comparado sistema português	125

6.5.1 Breve histórico da implantação do processo eletrônico português.....	126
6.5.2 Regulamentação atual da implementação do processo eletrônico português	128
7 Conclusão	133
Referências	135
Referências normativas	155